

O BARÃO DE NOVA FRIBURGO E A FORMAÇÃO DA FAZENDA ALDEIA: SOCIABILIDADES E AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO CAFEIRO. 1849-1874

Rodrigo Marins Marretto¹

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a trajetória da fazenda Aldeia no que concerne as formas de expansão e acumulação da propriedade fundiária, tomando por base as estratégias engendradas pelo barão de Nova Friburgo e por seu filho, Bernardo Clemente Pinto. Apoiamos a nossa argumentação em um conjunto de fontes cartoriais de compra e sociedade, no inventário do barão e na avaliação de Luiz Caminhoá. Consideramos que a administração do Barão de Nova Friburgo e de seu filho foram profundamente impactadas e estava intimamente conectada a propagação da escravidão, a expansão do mercado mundial de *commodities* e ao mundo industrial. Tal perspectiva resultou na ampliação do espaço territorial da fazenda, da sua capacidade produtiva e dos vultosos lucros obtidos até meados da década de 1870.

Palavras-Chave: Barão de Nova Friburgo; propriedade de terras; segunda escravidão.

THE BARON OF NOVA FRIBURGO AND THE FORMATION OF FAZENDA ALDEIA: SOCIABILITIES AND ENLARGEMENT OF THE COFFEE COMPLEX. 1849-1874

Abstract: The objective of this article is to analyze the trajectory of the Aldeia farm in what concerns the forms of expansion and accumulation of the land property, taking as a basis the strategies engendered by the Baron of Nova Friburgo and by his son Bernardo Clemente Pinto. We support our argument in a set of purchasing and society accounting sources, in the inventory of the baron and in the evaluation of Luiz Caminhoá. We consider that the administration of the Baron of Nova Friburgo and his son were deeply impacted and was intimately connected to the spread of slavery, the expansion of the world market of commodities and the industrial world. This prospect resulted in the expansion of the farm's territorial space, its productive capacity and the large profits made up to the mid-1870s.

Keywords: Baron of Nova Friburgo; Land ownership; second slavery

*O presente texto é a versão modificada do capítulo 4 da tese de doutorado intitulada “O verdadeiro imperador do Brasil: O Barão de Nova Friburgo e as estratégias de formação e manutenção do patrimônio familiar no oitocentos. (1829-1888)”, em fase de conclusão.

¹Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: rmmarretto@gmail.com

Introdução

Em 1869 faleceu aos 74 anos, Antônio Clemente Pinto, 1º barão de Nova Friburgo. Por certo um dos homens mais ricos do Império do Brasil. Sua fortuna avaliada em quase sete mil contos de réis quando do fechamento de seu inventário em 1873 pode ser comparada a de poucos cafeicultores do vale do Paraíba fluminense e paulista (A.N.R.J. Inventário *post-mortem* barão de Nova Friburgo). Nascido em 1795, Antônio veio para o Brasil no princípio do século XIX, sua trajetória culmina em um inventário bastante significativo e um conjunto de dados cartoriais que permitem investigar a trajetória econômica da fazenda Aldeia. Dessa forma, buscamos compreender através da análise da fazenda alguns dos padrões de enriquecimento estabelecidos no XIX.

Sabemos que um inventário é uma fotografia estática dos bens reunidos por um indivíduo, além de configurar-se como essencial para avaliar a riqueza material ao longo da vida do personagem, mas contamos também com um conjunto de documentos cartorários que nos dão o caminho da acumulação de terras e riquezas do barão de Nova Friburgo.

Destarte, o objetivo do artigo é analisar a trajetória da fazenda Aldeia e as relações sociais engendradas em torno da mesma com o propósito de compreender as características da administração e as formas de acumulação e expansão da propriedade fundiária no oitocentos. Utilizaremos, para tal fim, as estratégias administrativas engendradas pelo do barão de Nova Friburgo e por seu filho Bernardo Clemente Pinto em torno da construção da fazenda Aldeia em um contexto de expansão do mercado internacional de café (MARQUESE e TOMICH, 2015).

Para realizar o empreendimento proposto utilizamos os seguintes documentos: escrituras cartorárias relativas à compra da Fazenda Aldeia e a escritura de sociedade, realizadas no mesmo dia. O destrato de sociedade entre o Comendador Antônio Clemente Pinto e o Dr. Paulo João Troubat, o Inventário *post-mortem* do Barão de Nova Friburgo e a avaliação empreendida por Luiz Caminhoá. A comparação entre os documentos listados permite indiciar as características da administração empreendida por grandes senhores de terras e de escravos em uma área de franca expansão da cultura cafeeira e da escravidão na província fluminense.

O trabalho localiza-se entre os anos de 1849 e 1877, a primeira data refere-se à aquisição da dita fazenda e a última aos dados arrolados na avaliação de Luiz Caminhoá.

Seguiu-se à compra da fazenda um acordo de sociedade entre o vendedor, Dr. Paulo João Troubat, e o então Comendador Antônio Clemente Pinto. Tal acordo terminou em 1857 e contribui para desvelar as estratégias de enriquecimento construídas com vistas à expansão do patrimônio familiar de Antônio e seu sócio. Além disso, avaliamos os avanços da sociedade entre os dois senhores e o quanto esta se desenvolveu até o rompimento da sociedade.

Em seguida, empreendemos uma comparação entre as condições da fazenda ao fim do contrato entre Troubat e Clemente Pinto - fator que permite um quadro significativo da evolução dos bens agrários desta fazenda do Barão de Nova Friburgo - com os dados fornecidos pelo fechamento de seu inventário. Tal análise revela a trajetória da fazenda colocando os dados expressos no inventário do barão em perspectiva temporal e adensados pelo relatório de Caminhoá. Dessa forma, chega-se ao quadro de transformações pelas quais passou a unidade produtiva em questão e desvelam-se as táticas de enriquecimento estabelecidas na fazenda Aldeia. Tal fazenda estava localizada no coração do Vale do Paraíba, especificamente na Vila de São Pedro de Cantagalo.

Diante disso, passamos a abordar a história de Cantagalo, na qual estava inserida a fazenda Aldeia. A vila de Cantagalo surgiu em 1814 após um fluxo de faiscadores clandestinos para a região que ainda no século XVIII era denominada Sertões do Leste. Tais faiscadores formaram um núcleo de povoamento que, após um intenso momento de exploração do ouro, passou a investir mais pesadamente em produtos para o abastecimento e também na plantação de café. O café ganhou espaço nos morros cantagalenses, muito apropriados ao cultivo da rubiácea. O produto foi rapidamente difundido naquela região, gerando significativos lucros para os lavradores ali instalados (ERTHAL, 2008), (VINHAES, 1992) e (FARIA, 2018).

Tal lucratividade atraiu uma quantidade significativa de migrantes que passaram a requerer terras ou a se apossar das mesmas e investir no café. Dentre esses migrantes destacam-se os suíços alocados na vila de Nova Friburgo, criada para abrigar os colonos que vieram para a região em 1820. Dos que migraram em busca do enriquecimento através do café exemplificamos utilizando o relato de Stöcklin: “Nós suíços, que viemos em 1820, fomos postos em terras que só dão batatas, milho e legumes; por isso os colonos que não

tiveram coragem ou meios de mudar para terras de café não progrediram nada” (NICOULIN, 1996: 222).

A trajetória de Antônio Clemente Pinto nessa localidade inicia-se exatamente na década de 1820. Atraído para a vila de Cantagalo pelo fascínio do ouro, mas identificando a sua baixa produtividade, Antônio direciona seus investimentos para a lavoura cafeeira e em pouco tempo obtém sucesso e dilata seu prestígio tanto na região quanto no Rio de Janeiro. Antônio já estava inserido na região na década de 30 do século XIX, quando o café do Vale do Paraíba passou a compor o principal produto na pauta de exportações brasileiras e a impactar o mercado mundial de commodities (MARQUESE e TOMICH, 2015: 21-22). Como veremos, a fazenda que abordamos foi comprada exatamente na fase de expansão da cafeicultura cantagalense, o que produziu uma ampliação dos seus cafezais e dos cativos ligados à fazenda, atendendo as demandas do mercado mundial de *commodities*.

Consideramos que o desenvolvimento da fazenda Aldeia estava ligado a um reordenamento e uma expansão da escravidão atlântica que se contrapunha a escravidão colonial, fadada a extinção, principalmente após o surgimento do capitalismo industrial. Estamos nos referindo ao conceito de *segunda escravidão*. Tal conceito, forjado por Dale Tomich diz respeito, precisamente, a intensificação e difusão da escravidão atlântica conectada ao mundo industrial, a gênese dos Estados Nacionais e a produção de *commodities* em três espaços específicos da América: a República Norte-americana, o Império do Brasil e o Império espanhol, produzindo respectivamente algodão, café e açúcar para atender as demandas do mercado mundial (TOMICH, 2011).

De acordo com Tomich a segunda escravidão é um dos elementos dinamizadores do capitalismo, das novas áreas de produção voltadas ao mercado mundial, do tráfico transatlântico de escravos e de uma nova divisão do trabalho (TOMICH & ZEUSKE, 2008: 91). Dessa forma, Tomich passa a entender as áreas de segunda escravidão sem desconectá-las do desenvolvimento capitalismo mundial. Nas palavras do autor a escravidão “revela a constante assimetria, desigualdade e tensão entre histórias locais particulares e os diversos, porém unificados, ritmos temporais e tensões espaciais dos processos econômicos mundiais” (TOMICH, 2011: 52).

O nosso objetivo ao utilizarmos o conceito de segunda escravidão reside na identificação da ampliação dos espaços produtivos da fazenda Aldeia exatamente quando as

áreas de produção cafeeira do Vale do Paraíba direcionavam-se para atender ao mercado mundial. As adaptações, formas de administração, ampliação da mão de obra cativas e implementos técnicos de beneficiamento de café são os elementos objetivos para a análise de como a unidade produtiva passava a integrar-se as dinâmicas econômicas mundiais.

Histórico e administração da fazenda Aldeia

A fazenda Aldeia foi adquirida no ano de 1847 (Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, 1847: 54V) e localizava-se no termo da Vila de Cantagalo, mais especificamente na freguesia do Santíssimo Sacramento (Inventário *post-mortem*, 1873:54V). Antônio Clemente Pinto, então Comendador, comprou sua parte na fazenda junto a João Paulo Troubat. As terras de Troubat, naquele momento, correspondiam a meia sesmaria de terras da fazenda Aldeia, a posse Ronca Pau correspondente a $\frac{1}{4}$ de sesmaria e a metade da posse Aldeia velha. Importante informar que, neste momento, Antônio Clemente Pinto adquiriu apenas a metade destas propriedades junto a João Paulo Troubat.

No mesmo instante da venda, os dois senhores estabeleceram um contrato de sociedade em torno da mesma. Vale ainda colocar em evidência que Troubat passava a ser o administrador da fazenda já que residia na propriedade e, pelo serviço citado, receberia remuneração específica para tal função. Ambos os senhores passaram a ser sócios, em partes iguais, de uma fazenda de culturas no coração da área Oriental do Vale do Paraíba.

Mas quanto teria investido o comendador Antônio Clemente Pinto no ato de aquisição da fazenda Aldeia? O valor total dos bens adquiridos era de 56:000\$000, divididos da seguinte forma: meia sesmaria de terras avaliada em 5 contos de réis somada a metade da posse Ronca Pau por 1 conto e 500 mil réis, metade das benfeitorias por 3 contos, 36 bestas arriadas, 25 gados e 100 porcos por 4 contos e 30 mil réis, 3 mil arrobas de café colhido a 6 contos de reis, metade do algodão, ferragens e outros objetos por 570 mil réis, 93 escravos no valor de 27:900\$000 e 100 mil pés de café avaliados em 8 contos de réis (Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, 1847: 55) - Quadro 2.

Quadro 1 - Bens adquiridos na compra da fazenda Aldeia

Bens adquiridos	Valor (Rs)	Valor (£)
Meia sesmaria de terras	5.000.000	538,79
Posse Ronca Pau	1.500.000	161,64
Metade das Benfeitorias	3.000.000	323,28
Animais	4.030.000	434,27
3 mil arrobas de Café	6.000.000	646,55
Metade do Algodão e ferr	570.000	61,42
93 escravos	27.900.000	3.006,47
100 mil pés de café	8.000.000	862,07
Total	56.000.000	6.034,48

Fonte: Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV

Uma primeira análise desse contrato de compra nos informa que não se tratava de uma pequena propriedade e que o número de escravos era significativo na unidade, 186 no mínimo. Além disso, é importante ressaltar que apesar de produzir algodão e, possivelmente, possuir roças de subsistência, o produto nevrálgico da riqueza da fazenda era o café. Tratava-se no total de 200 mil pés, contados os pertencentes aos dois sócios.

Antônio Clemente Pinto comprara uma fazenda de culturas com a metade de suas benfeitorias, casa de vivenda, paióis, armazéns, cozinha, carpintaria, olaria e fornos, engenho de socar, despoldador, e engenho de cana. Os bens que listamos encontravam-se “destruídos pelo fogo” (Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, 1847: 55). Desta forma, é preciso ressaltar que segundo a escritura de compra a fazenda havia passado por um incêndio, portanto é plausível especular que a venda se dera em função dos prejuízos causados pelo fogo. De qualquer forma, existiam benfeitorias que não foram atingidas, metade do moinho e do engenho de serrar. Ao mesmo tempo, é pertinente afirmar que o comendador percebeu as potencialidades da fazenda e investiu na compra e sociedade.

Uma das condições mais importantes para essa análise refere-se ao fato de que o café e qualquer outro gênero que se fosse vender no Rio de Janeiro seria consignado a casa comissária do Comendador Antônio Clemente Pinto. Percebe-se com essa exigência que o comendador se beneficiava duplamente, primeiro com os lucros obtidos pela produção de sua metade da fazenda, segundo com os produtos que seriam vendidos no Rio de Janeiro

pela casa comissária pertencente a ele e com isso receberia também as taxas referentes a essas negociações.

Eis aqui três situações que endossavam o acúmulo de riqueza, a aquisição de terras ligadas à produção cafeeira e movida pelo trabalho escravo, a constituição de uma sociedade em uma unidade produtiva já desenvolvida e a condição de ser o agenciador dos produtos mandados à Corte. Ademais, os três elementos relacionavam-se e contribuía para o desenvolvimento da riqueza do barão de Nova Friburgo, o que fora ressaltado por Joseph Sweigart (SWEIGART, 1987).

Dividida a fazenda em duas partes, ficou estabelecido que Paulo João Troubat se responsabilizasse pela administração e que qualquer aquisição deveria ser comunicada ao sócio. Por essa função Paulo João recebia 600 mil réis anuais, que seriam pagos pela sociedade, sendo também sustentado pela mesma. Entretanto, poderia valer-se da metade dos lucros líquidos gerados na Aldeia, tanto para suas necessidades quanto para as da unidade produtiva.

Troubat, após a consolidação da sociedade, ficava responsável pelo livro de crédito e débito relativo às transações da fazenda, e a sociedade passava a ser representada pela firma Troubat & Clemente como ficou registrada nos dados do Registro Paroquial de Terras (Registro Paroquial de Terras, 1855: N°129). Mesmo sendo o administrador da sociedade, Troubat estava impedido de afiançar qualquer pessoa sob a circunstância da sociedade ser desfeita e ao final de um ano os sócios se reuniam para fazer as contas de haver e dever (Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, 1847:58). O que quer dizer que apesar de Antônio Clemente Pinto deixar a administração nas mãos de Troubat, ele não abria mão de controlar a contabilidade da mesma.

A escritura de sociedade, estabelecida imediatamente após a compra da metade das terras, benfeitorias e escravos da fazenda Aldeia, constitui-se em um documento muito mais detalhado do que se refere aos bens envolvidos nesta compra. O caso mais nítido e que tem maior importância para nossa análise refere-se às descrições dos escravos, na escritura de venda os cativos foram listados apenas pelo nome, já no contrato de sociedade foram divididos em africanos e crioulos, o que viabiliza uma análise mais apurada das características da escravaria dos sócios.

Entre os 93 escravos de Troubat, 59 eram de nação e 34 eram crioulos, enquanto Antônio era proprietário de 60 cativos de nação e 33 crioulos. Tal especificação endossa o argumento de que a força do tráfico de escravos, mesmo durante a ilegalidade a partir de 1831, era preponderante na fazenda Aldeia, afinal 63 % dos escravos eram africanos e apenas 36% Crioulos - Quadro 3.

Quadro 2 - Africanos e crioulos na Fazenda Aldeia, 1849.

	Africanos	Crioulos
Quantidade	119	67
%	63%	36%

Fonte: Cartório do 2º Ofício Lv. Iv p 57V

Antes do prazo para a dissolução da sociedade entre Troubat & Clemente estes compraram uma chácara com benfeitorias junto a João Teixeira Leite². A propriedade localizava-se na margem do Rio Negro “foreiro a Câmara Municipal desta vila” (Centro de Memória de Cantagalo, SOUC-LN016: 50V-51V). Os sócios pagaram a quantia de 800\$000 réis por um terreno de aproximadamente “dois quadrados de cem braças de lado cada um” (Centro de Memória de Cantagalo, SOUC-LN016: 50V-51V), com “casa coberta de telha, algumas árvores frutíferas, monjolo etc.” (Centro de Memória de Cantagalo, SOUC-LN016: 50V-51V). Ademais, os sócios continuavam com a mesma estratégia de comprar terras limítrofes com as que já possuíam. Assim, a chácara adquirida fazia limite com “a Fazenda dos outorgados denominada Aldeia” (Centro de Memória de Cantagalo, SOUC-LN016: 50V-51V).

Ainda tratando da sociedade entre Paulo João Troubat e o Comendador Antônio Clemente Pinto é preciso destacar que todos os lucros e prejuízos seriam divididos em duas partes iguais e que a sociedade possuía data para terminar, dez anos após o seu início. Quase ao final do prazo para o fim da sociedade, 1857, a mesma foi desfeita. Paulo João Troubat já se encontrava na França “em razão de moléstia de que fora acometido não podendo ele outorgante continuar na sociedade e lhe conviesse e a sua mulher residir em

² Com origem familiar em Minas Gerais o Capitão João Teixeira Leite era cafeicultor em Cantagalo e casado com Rita Clara Teixeira Leite, ambos brasileiros e falecidos em 1890. Lênio Luiz Richa – Genealogia Fluminense.

Disponível em: <http://www.marcopolo.pro.br/genealogia/paginas/cantagaloteixleite.htm> Data de acesso: 16/07/18

França resolver de comum acordo (...) dissolver a mesma sociedade” (Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, 1857: 87). Como proprietário, mas impossibilitado de estar presente, Troubat passou, através de uma procuração, a ser representado por seu filho Victor Paulo Troubat.

Torna-se fundamental salientar que, ao longo dessa sociedade, Antônio Clemente Pinto fora agraciado com o título de barão de Nova Friburgo, em 1854 (Biblioteca Nacional. Sessão de Manuscritos, Loc. C0992,20: N° 003). Não só o poder econômico de Antônio Clemente Pinto havia aumentado ao longo do tempo da sociedade, mas seu prestígio social também se alargara. Neste ínterim, o personagem passou a expressar na região de Cantagalo e Nova Friburgo “uma cultura e um *éthos*, isto é, comportamentos, modos de ser, valores, identidades, lugares sociais, que delimitaram espaços de redes de poder ancorados neste conjunto histórico” (SALLES, 2008: 53).

Pelo documento de destrato da sociedade estabelecido entre Victor Paulo Troubat e o agora barão de Nova Friburgo o Doutor Troubat vendeu a sua metade da propriedade por “sua livre e espontânea vontade e acordo do outorgado barão de Nova Friburgo pela quantia e preço ajustado de duzentos e cinquenta contos de réis” (Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, 1857: 87). Tal pagamento seria efetuado na Corte, em moeda deste Império, da seguinte forma: “100 contos de réis seriam entregues à vista (em janeiro de 1857), em 4 de dezembro de 1857, mais 50 contos de réis e os últimos 100 contos também em 4 de dezembro, mas do ano de 1858” (Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, 1857: 87).

Desta forma, Victor Troubat, em nome de seu pai passava para o barão de Nova Friburgo a “metade dos escravos em número de duzentos e sessenta e um de ambos os sexos, diferentes idades e nações pelo preço e quantia a dita metade cento e sessenta e cinco contos e quinhentos e quinze mil réis” (Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV, 1857: 87). Notabiliza-se que o valor dos escravos excedia a metade do valor expresso pela venda da parte pertencente à Troubat, logo os escravos valiam mais que a metade da fazenda e suas benfeitorias. Ademais, se esse número totalizava a metade dos cativos, é preciso colocar em relevo que a escravaria localizada na fazenda Aldeia havia aumentado e seu número total era de 522 cativos.

A metade dos escravos vendida ao barão de Nova Friburgo foi registrada na escritura de distrato de sociedade e deste documento pode-se obter as origens dos escravos

O BARÃO DE NOVA FRIBURGO E A FORMAÇÃO DA FAZENDA ALDEIA:
SOCIABILIDADES E AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO CAFEIEIRO. 1849-1874

como demonstra o Quadro 4. Esse contingente de cativos estava assim formado, 139 de origem africana e 122 crioulos, o que representava 53% e 47% dos cativos respectivamente. Todavia, o documento lista tais cativos segundo os portos de saída da África. Assim, a denominação africana predominante no plantel vendido ao barão era oriunda dos portos do Congo com 28% dos cativos, seguidos de Cabinda 20%, Benguela 18%, Moçambique 11% e Monjolo 6%. Cassange, Rebolo, Inhabane, Quissamam, Angola, e Bara não ultrapassaram a marca de 5 % dos cativos (Quadro 5, Gráfico 1).

Quadro 3 - Africanos e crioulos na Fazenda Aldeia, 1857

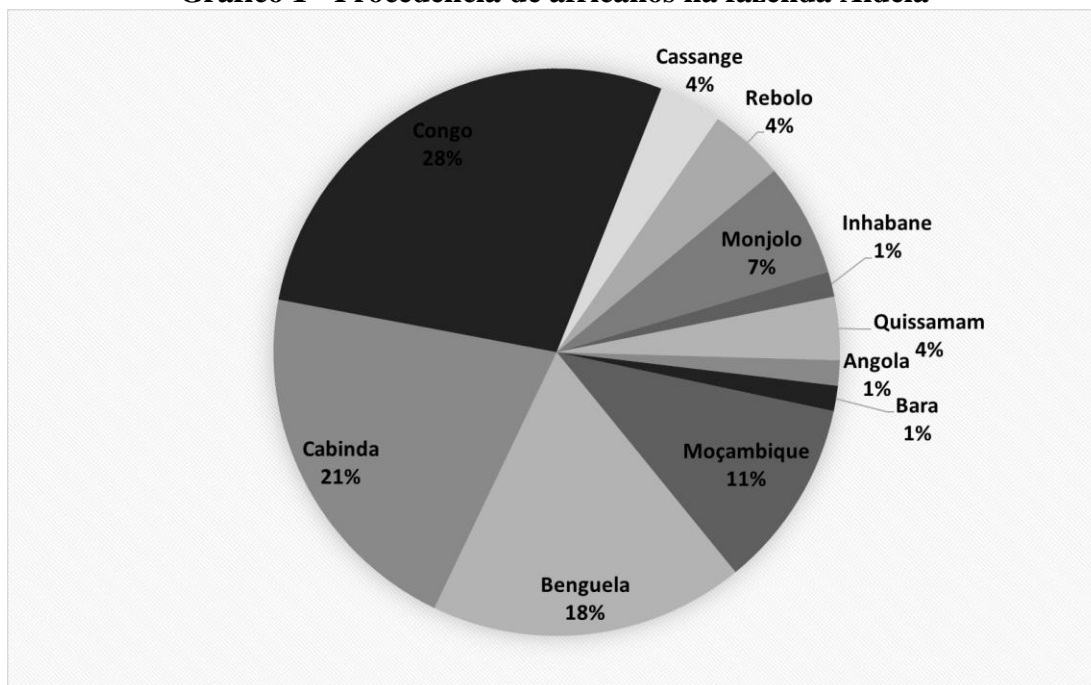
	Africanos	Crioulos
Quantidade	139	122
%	53%	47%

Fonte: Cartório do 2º Ofício Lv. VI p 87

Quadro 4 - Procedência dos Africanos na fazenda Aldeia, 1857.

Procedência	Número	%
Moçambique	15	10,79%
Benguela	25	17,99%
Cabinda	29	20,86%
Congo	39	28,06%
Cassange	5	3,60%
Rebolo	6	4,32%
Monjolo	9	6,47%
Inhabane	2	1,44%
Quissamam	5	3,60%
Angola	2	1,44%
Bara	2	1,44%
Total	139	100%

Fonte: Cartório do 2º Ofício Lv. VI p 87

Gráfico 1 - Procedência de africanos na fazenda Aldeia

Fonte: Quadro 5

Apesar de não termos os dados específicos a respeito da procedência dos cativos podemos articular os dados expressos nas tabelas e no gráfico com as informações contidas no banco de dados do Slavery Voyages. (<http://www.slavevoyages.org> - Lista de Viagens, Identificação: 728, 845, 1001, 5014 e 1043). Neste, as referências a Antônio Clemente Pinto apontam que este fez ao menos 5 viagens à costa africana entre 1828 e 1829, aportando nas regiões de Luanda, Inhambane, Cabinda e Quilimane. Os principais portos de aquisição de escravos se encontravam na África Centro-Occidental (três viagens) e Sudeste Africano e Ilhas do Oceano Índico (duas viagens). A região Centro-Occidental engloba o Congo, principal lugar de procedência dos africanos da fazenda Aldeia (GUIMARÃES, 2010: 85)³.

Diante do que foi exposto até aqui, percebemos que a fazenda Aldeia avançou significativamente através da sociedade entre Troubat e Clemente. Tal avanço fica expresso principalmente no incremento de escravos, de 186 para 522, representando um aumento de 281%. Com isso, podemos concluir previamente que ocorreu um aumento na produtividade

³ No trabalho de Carlos Gabriel Guimarães, a Comissão Britânica em Serra Leoa ressaltou a presença do traficante de escravos Antônio Clemente Pinto numa carregação de escravos vindo de Moçambique para o Rio de Janeiro em 1829. Cf. (GUIMARÃES, 2010)

desta fazenda cafeeira. A metade da fazenda e suas benfeitorias que custaram a Antônio 56 contos de réis na compra de 1849, passavam a valer em 1857, 250 contos de réis. Tal aumento se dava também no nível da produtividade, as 3.000 arrobas de café que foram computadas quando o barão comprou a fazenda se transformaram em incríveis 20.000 arrobas, representando 667% de acréscimo. A fazenda ainda produzia 10.500 alqueires de milho, 200 alqueires de feijão e 300 de arroz (Cartório do 2º Ofício de Notas. Lv. V.I, 1857: 92V).

Outro momento em que pudemos capturar a realidade da fazenda Aldeia encontra-se no balanço comercial da casa Friburgo & Filhos de 1861. Através deste documento (GUIMARÃES, 2012)⁴, observamos que nos anos seguintes a dissolução da sociedade acima descrita, a fazenda Aldeia continuava produzindo grandes quantidades de arrobas de café, 11.131 no ano do documento (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Arm. I. Gav. I, 1862: Nº 54). O rendimento da fazenda em termos nominais segundo o mesmo documento fora de 95:469\$706, suas despesas giravam em torno de 30:926\$661 e o saldo final estava estabelecido em 64:543\$045. Isto significa que a fazenda continuava sendo produtiva e lucrativa.

Resta ainda a análise da fazenda quando do fechamento do inventário post-mortem do barão de Nova Friburgo. Como já informamos anteriormente o Barão de Nova Friburgo, falecido em 1869 e com o inventário fechado em 1873, ao longo de sua trajetória envolveu-se na compra, sociedade e distrato de sociedade em torno da fazenda Aldeia. O quadro de bens de tal unidade produtiva, mesmo que não esteja com as informações completas nos permitiu a finalização do trajeto de aquisição da unidade que investigamos. Sem dúvida, ao final de sua vida a fazenda havia se desenvolvido significativamente e isso fica expresso pelos dados que passamos a apresentar a seguir.

As terras da fazenda compunham-se de 600 alqueires avaliados em 158 contos e o número de trabalhadores escravos era de 151 indivíduos que totalizavam 136 contos de reis. Importante incremento ocorreu no número de pés de café que aumentou de 200 mil em 1847 para 600 mil, um aumento de 400%! Por fim, os animais da fazenda também se

⁴ No tocante ao documento balanço comercial, Carlos Gabriel Guimarães destacou que, qualquer fonte está sujeita a manipulações, ainda mais num período em que não se tinha agências de regulação, nem de instrumentos capazes de controlar as empresas.

multiplicaram, chegando ao número de 57 bestas, 104 bois, 106 carneiros, 110 porcos sevados e 500 porcos de pasto, um total de 15:042\$000 réis – Quadro 6 e Gráfico 2.

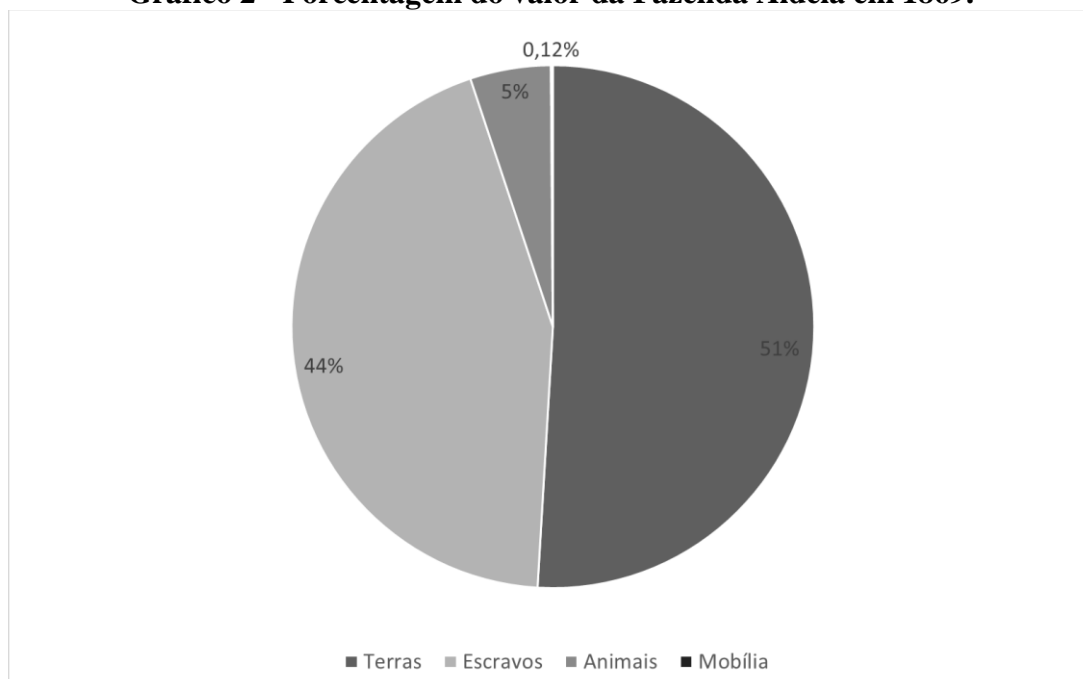
Além disso, o número de implementos técnicos, ligados ao beneficiamento do café, adicionados à fazenda mais que dobrou. Na compra arrolamos um engenho de socar, um despoldador e um moinho, já no inventário identificamos os seguintes utensílios técnicos: engenho com ripe, ventilador, descascador, brunidor, separador, despoldador e pilões⁵. Essa ampliação do número de máquinas de beneficiamento de café indica como o contexto da segunda escravidão impactava a fazenda cafeeira. A consequência do uso dessa maquinaria para beneficiar o café foi o aumento da produtividade e da qualidade do café produzido.

Quadro 5 - Valor da Fazenda Aldeia em 1873.

Fazenda Aldeia	Terras	Escravos	Animais	Mobília	Total
Valor (Rs)	158:000\$000	136:000\$000	15:042\$000	375\$000	309:417\$000
Valor (£)	17.173,93	14.782,61	1.635,00	40,76	33.632,28
%	51%	44%	5%	0,12%	100%

Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional

Gráfico 2 - Porcentagem do valor da Fazenda Aldeia em 1869.



⁵ As máquinas arroladas no inventário tiveram seu valor agregado ao valor das terras.

Até o momento nos detivemos na análise da trajetória da fazenda Aldeia e nas transformações materiais pelas quais passou tal fazenda. Percebemos que ao final de sua trajetória, mesmo com a diminuição do número de cativos, as rendas da fazenda aumentaram significativamente. Além disso, é possível afirmar que através das estratégias de enriquecimento utilizadas pelo barão de Nova Friburgo a fazenda passou de um estágio primário de seu desenvolvimento para o esplendor que apresentava na década de 70 do século XIX. A nosso ver, o principal elemento que levou a essa modificação foi a capacidade administrativa/gerencial do barão que, desde o início, passou a articular escravidão e produção cafeeira à sua casa comissária, aproveitando-se do contexto de expansão da demanda de café no mercado internacional e das avançadas máquinas de beneficiamento da rubiácea.

Outros fatores devem ser também levados em consideração, a produção e a comercialização da rubiácea na região de Cantagalo e, por conseguinte, nas terras do barão ocorreu em um contexto de expansão do café por todo o Vale do Paraíba. Citamos o caso do barão do Guaribu que neste mesmo contexto quadruplicou suas escravarias e possuía valerosos cafeeiros (BORGES e SALLES, 2015: 222). Breno Servidon e Moreno, analisando a formação da cafeicultura em Bananal, apresenta a produção cada vez mais vultosa de quatro grandes senhores daquela localidade (MORENO, 2015: 340). Necessitamos fazer referência ao senhor de escravos que foi o maior produtor de café da Província Fluminense, trata-se de Joaquim José de Souza Breves, “que produzia de 100 a 200 mil arrobas de café por ano” (CARVALHO, 2003: 254). A produção dos Breves foi melhor descrita por Thiago Campos Lourenço em sua tese de doutoramento, neste trabalho os cafezais de José Breves alcançavam três milhões de pés de café com o valor de 444:700\$000 réis em 1868 (LOURENÇO, 2010: 237-240).

Sintetizando, é essencial argumentar que as estratégias de administração das fazendas cafeeiras utilizadas pelo barão de Nova Friburgo estavam ligadas aos contextos econômicos globais, a valorização do café no mercado internacional, a expansão dos implementos técnicos de beneficiamento do café, elementos fulcrais para o sucesso das unidades produtivas conduzidas pelo barão.

A fazenda Aldeia após a morte do Barão de Nova Friburgo

Após o falecimento do Barão de Nova Friburgo a fazenda Aldeia passou, através da partilha de bens, para as mãos de Bernardo Clemente Pinto. Sob a administração do filho mais novo do barão a fazenda foi avaliada pelo engenheiro Luiz Caminhoá. A avaliação realizada pelo engenheiro abordou o valor da fazenda e de suas estruturas, além das produções de milho, feijão e café e suas respectivas contabilidades. Trabalharemos com esse documento daqui em diante.

A primeira contribuição de Caminhoá refere-se ao tamanho das terras da fazenda Aldeia, 749 mil alqueires⁶. Nesta reunião de dados o informante separa as diferentes áreas da fazenda e nos apresenta a quantidade de terras envolvida em cada atividade. As capoeiras, ou seja, as terras já desgastadas pelo uso intenso do solo representavam a maior porção 250 alqueires. Os cafezais ocupavam o segundo lugar, 200 alqueires que comportavam 600 mil pés de café. O terceiro espaço em tamanho foi representado pelos campos e edifícios, as estruturas como moinhos e equipamentos de beneficiamento do café ocupavam 179 alqueires de terras. Em quarto lugar estavam as matas da fazenda, sendo a área mais valiosa as matas representavam a possibilidade de expandir a fronteira agrícola, com ênfase para o café. No caso da Aldeia 90 alqueires de terras estavam cobertos por matas. Os 30 alqueires restantes eram responsáveis pelos demais produtos da fazenda: milho feijão e outros (O Globo, 1877: 2) - Quadro 9 e Gráfico 4.

A relação entre as terras com culturas, as terras agricultáveis e as terras que já tinham atingido a estagnação podem indicar importantes elementos a respeito da fazenda Aldeia. Inicialmente vale salientar que apesar da grande faixa de cafezais muitos deles já estavam ficando velhos. Os números apresentados por Caminhoá são incompatíveis com a quantidade de árvores e não expressam de forma correta a realidade da fazenda. Um segundo aspecto que está indicado nesses números é a quantidade de capoeiras, elas demonstram que a produtividade da fazenda exauriu grande parte das terras e que ao fim do relatório (1877) as terras para ampliar a fronteira de áreas ligadas a cafeicultura estavam significativamente reduzidas.

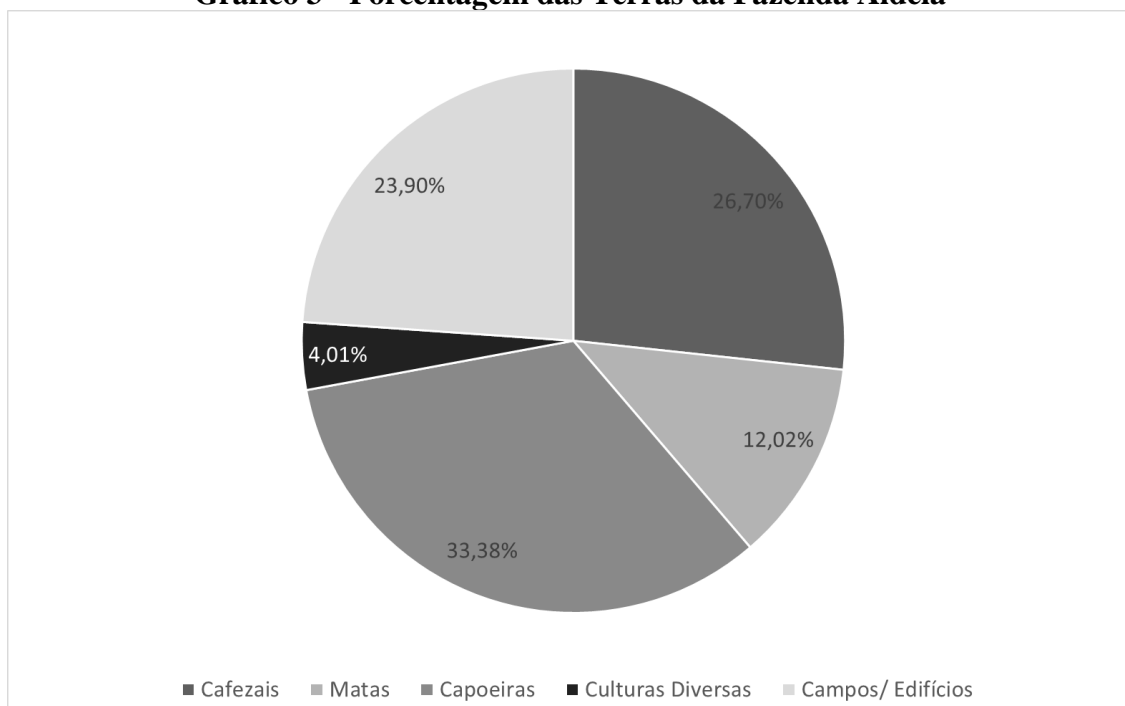
⁶ Os dados de Caminhoá estão em desacordo com os fornecidos pelo inventário do Barão de Nova Friburgo. No documento elaborado pelo engenheiro é informado que a fazenda possui 749 mil alqueires, o inventário apresenta o número de 600 mil.

Quadro 6 - Tamanho e divisão das terras da Fazenda Aldeia em 1877.

Fazenda Aldeia	Tamanho (alqueires)	%
Cafezais	200	26,70
Matas	90	12,02
Capoeiras	250	33,38
Cultuas diversas	30	4,00
Campos e Edifícios	179	23,90
Total	749	100

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

Gráfico 3 - Porcentagem das Terras da Fazenda Aldeia



Fonte: Quadro 8.

Um dos aspectos mais importantes abordados por Caminhoá foi a produção cafeeira. Caminhoá pegou a série de dados entre os anos de 1871 e 1875 para as fazendas Aldeia, Gavião e Areias. Compreender as nuances da produção cafeeira é fator fundamental para o entendimento do que já argumentamos largamente, que a produção cafeeira na região de Cantagalo continuava pungente no quartel final do século XIX e a produção das fazendas do barão de Nova Friburgo foi um exemplo de tal expediente.

Diante dessa importância do café passamos a analisar a produção da fazenda Aldeia entre os anos de 1871 e 1875. Em primeiro lugar é preciso informar que durante o período ocorreu uma oscilação da produção na unidade analisada. Entre 1871 e 1872 a produção mais que dobrou, para, em seguida, entre 1872 e 1873, ter uma queda de quase 12 mil arrobas de café. No período seguinte, 1873 e 1874, a produção cresceu mais de 5 vezes em relação ao período anterior, mas voltou a cair no último período em quase 20 mil arrobas. De qualquer forma, os números apresentados somam um total de 63.409 arrobas de café, produção nada desprezível e que formatou uma média de 12.682 arrobas de café para o quinquênio 1871-1875 - Quadro 10 e Gráfico 4.

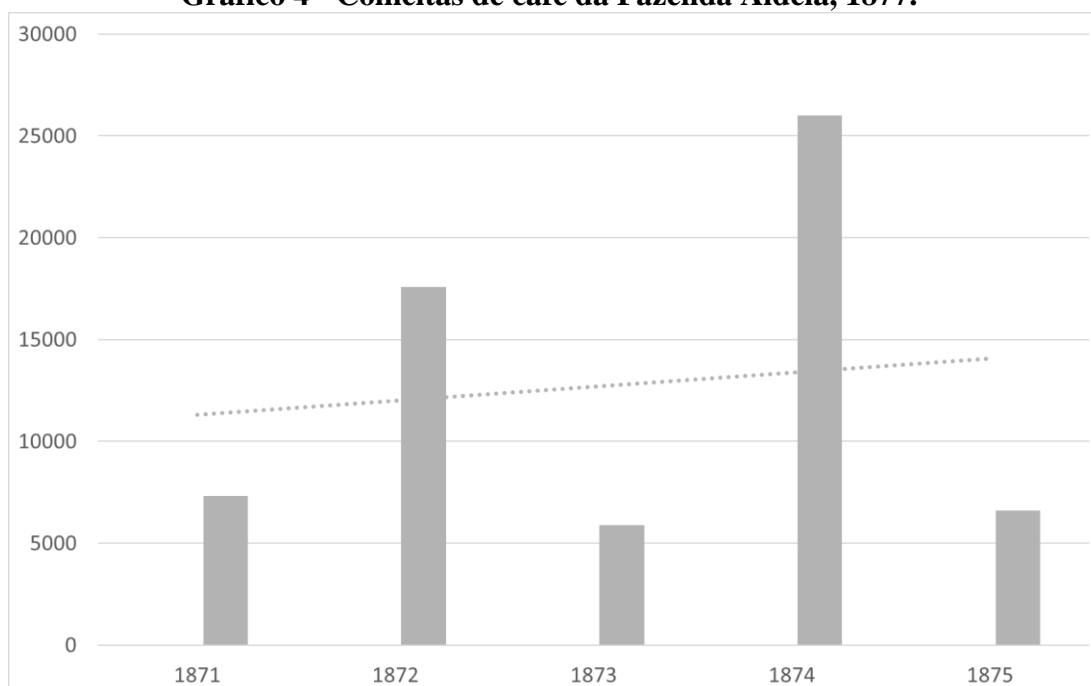
Quando olhamos para os dados expressos no parágrafo anterior constatamos a oscilação da produção cafeeira no interior da fazenda Aldeia. Ademais, verificamos que no quinquênio o total da produção cafeeira era bastante significativa e, sem dúvida sua média acompanhava a mesma perspectiva. Diante desta situação precisamos lembrar que por ser uma fazenda que já estava a 24 anos nas mãos do barão de Nova Friburgo a Aldeia já tinha esgotado grande parte das suas terras produtivas, como vimos na análise de composição de suas terras. Apesar dessas características descritas, e mesmo diante das adversidades destacadas, a tendência da produção cafeeira foi de crescimento no período.

Quadro 7 - Colheitas de café da fazenda Aldeia, 1871-1875.

Ano	Arrobas
1871	7.332
1872	17.595
1873	5.881
1874	26.012
1875	6.589
Total	63.409
Média	12.682

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p. 2.

Gráfico 4 - Colheitas de café da Fazenda Aldeia, 1877.



Outro aspecto presente na análise elaborada por Caminhoá consistiu na produção de alimentos para a subsistência. Caminhoá avaliou, no mesmo intervalo de tempo, as colheitas de milho e de feijão da fazenda. Os dois produtos formavam a base da alimentação dos cativos da fazenda Aldeia, que segundo o analista somavam 180 indivíduos. Segundo J. T. von Tschudi, diplomata e ministro da República Helvética no Brasil,

o alimento dos escravos compõe-se principalmente de angú, feito com farinha de milho e água, feijão preto e carne seca. A quantidade distribuída entre os escravos varia em cada fazenda, numas a distribuição é farta, mas noutras quase não dá para matar a fome dos pobres desgraçados (TSCHUDI, 1980: 54).

A produção de milho somava 28.025 arrobas durante o intervalo 1871-1875 e o feijão 2.503 arrobas – Quadros 11 e 12 e Gráficos 5 e 6. A diferença marcante entre os dois gêneros reside no fato de que a produção de milho estava em crescimento, enquanto que a de feijão apresentava uma tendência de queda. Esta diminuição da produção de feijão pode estar relacionado com o trabalho intensivo do escravo nos cafeeiros da fazenda nos anos

1870, que fez com que diminuíssem a produção de gêneros de subsistência. A respeito dessa diminuição J. J. Von Tschudi já tinha relatado uma década antes,

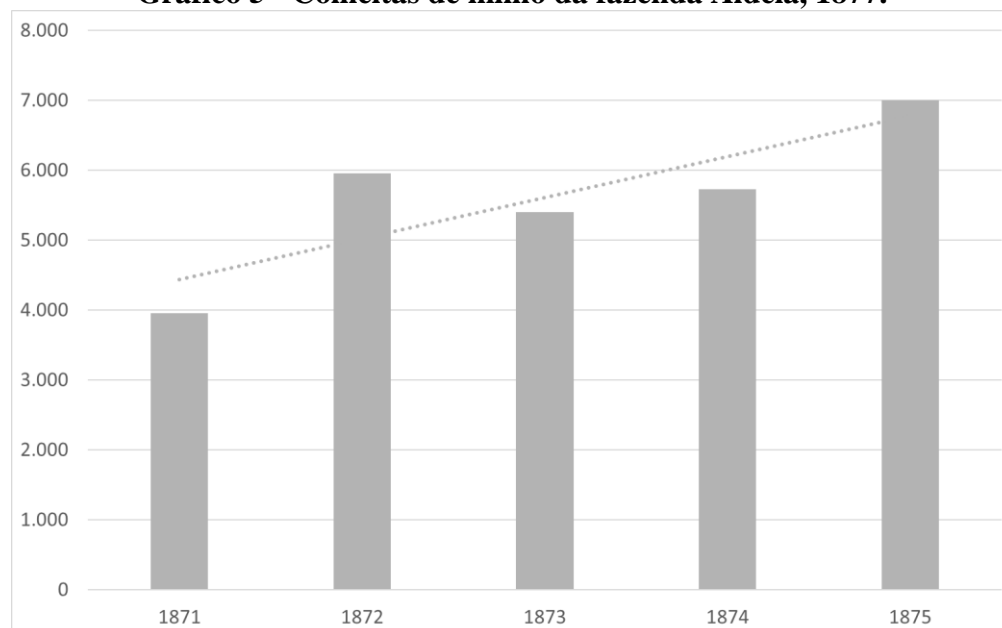
Quais foram, entretanto, as culturas que ficaram assim prejudicadas com o aumento da plantação do café e do açúcar? A resposta causará surpresa a todo agricultor ou economista. Foram as plantações de milho, de mandioca e feijão, bem como as de arroz tão necessárias para a alimentação da população que ficaram prejudicadas, com a preferência dada às outras duas culturas, de lucro maior e mais seguro (TSCHUDI, 1980: 48).

Quadro 8 - Colheitas de Milho da Fazenda Aldeia, 1871-1875.

Ano	Arrobas
1871	3.950
1872	5.950
1873	5.400
1874	5.725
1875	7.000
Total	28.025
Média	5.605

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

Gráfico 5 - Colheitas de milho da fazenda Aldeia, 1877.



Fonte: Quadro 10.

Quadro 9 - Colheitas de feijão da fazenda Aldeia, 1871-1875.

Ano	Arrobas
1871	400
1872	910
1873	749
1874	344
1875	100
Total	2.503
Média	501

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

Gráfico 6 - Colheitas de feijão da fazenda Aldeia, 1871-1875.



Fonte: Quadro 11.

O relatório elaborado por Caminhoá apresentou a contabilidade da fazenda Aldeia para o quinquênio 1871-1875 - Quadro 13. O mais importante ao analisarmos a contabilidade desta fazenda é perceber que a mesma apresentava um lucro bruto e líquido crescente enquanto as despesas com a unidade produtiva tendiam a diminuir ao longo dos anos. No total da série a fazenda apresentou uma receita de 516:723\$073, dos quais 110:912\$591 foram gastos nas despesas da fazenda, o que fez um lucro líquido de 405:810\$482. Esse lucro líquido da fazenda Aldeia constituiu-se num valor bastante

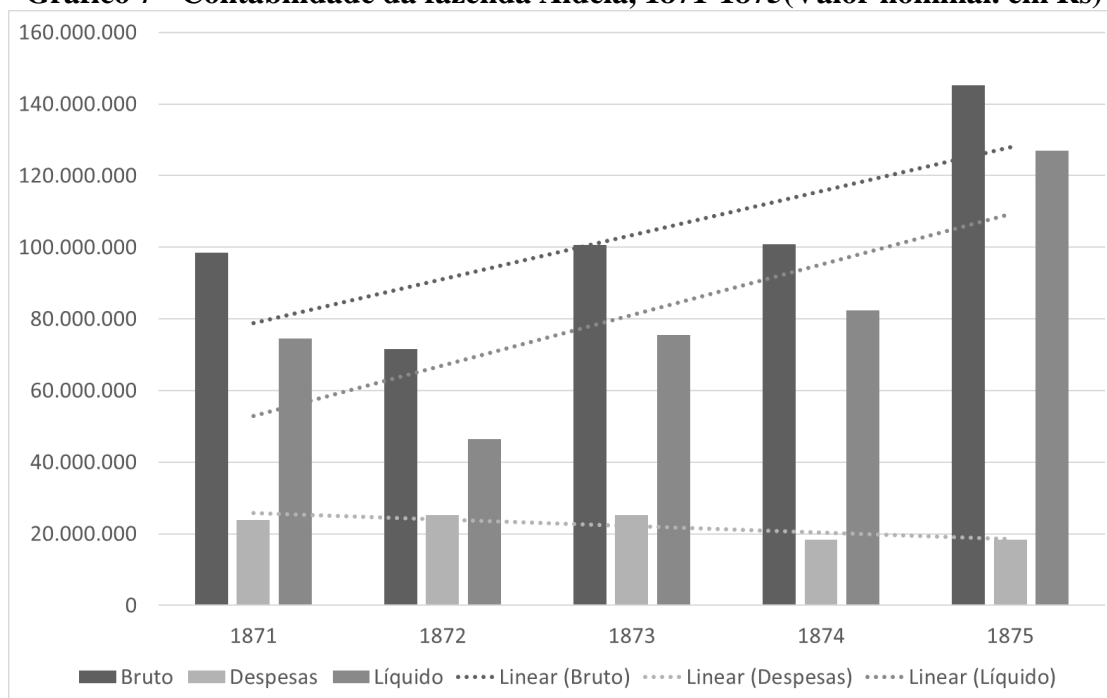
considerável para o período, momento em que a fazenda já se apresentava envelhecida e que a cafeicultura no Vale Oriental dava mostras do início de sua decadência.

Quadro 10 - Contabilidade da fazenda Aldeia, 1871-1875.

Ano	Receita	Despesa	Lucro líquido	Lucro em £
1871	98:426\$802	23:839\$457	74:587\$345	7.634,32
1872	71:542\$203	25:181\$611	46:360\$592	4.745,20
1873	100:695\$636	25:195\$766	75:499\$870	7.727,72
1874	100:773\$476	18:409\$234	82:364\$242	8.430,32
1875	145:284\$956	18:286\$523	126:998\$433	12.998,82
Total	516:723\$073	110:912\$591	405:810\$482	41.536,39

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

Gráfico 7 - Contabilidade da fazenda Aldeia, 1871-1875(Valor nominal. em Rs)



Fonte: Quadro 12.

A última avaliação geral feita sobre a fazenda Aldeia também foi realizada por Luiz Caminhoá. Nesta avaliação é possível perceber que o valor da fazenda aldeia aumentou

O BARÃO DE NOVA FRIBURGO E A FORMAÇÃO DA FAZENDA ALDEIA:
SOCIABILIDADES E AMPLIAÇÃO DO COMPLEXO CAFEIEIRO. 1849-1874

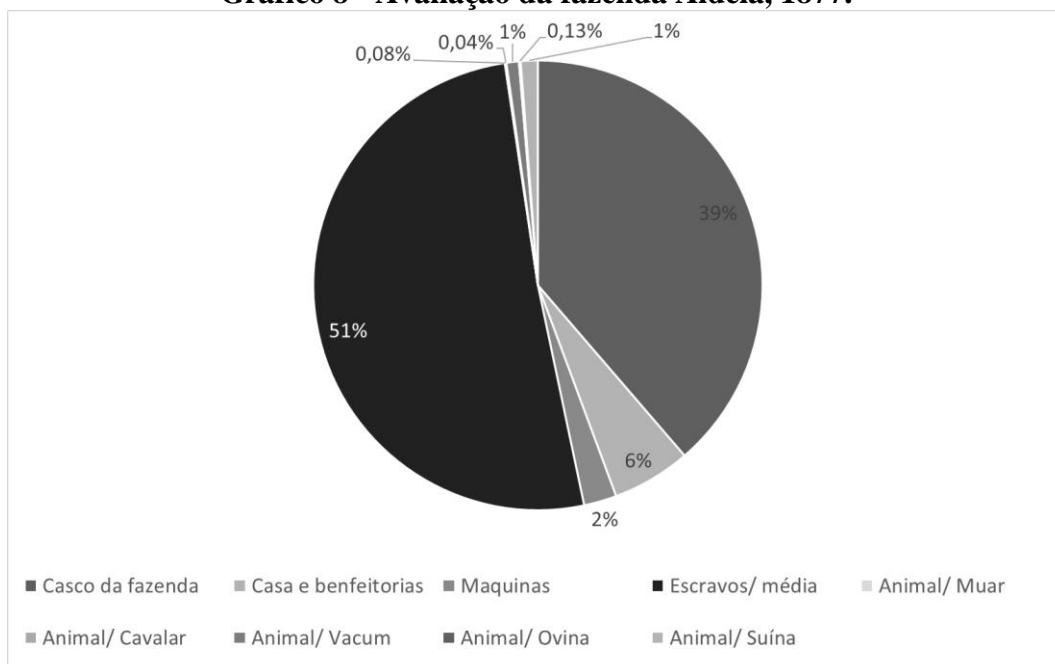
significativamente ao longo do tempo. O casco da aldeia foi avaliado em 205:000\$000, a casa e as benfeitorias em 30:000\$000, as máquinas valiam 12:500\$000 e os animais também com o valor total de 12:500\$000. Os escravos da Fazenda Aldeia somavam 270:000\$000 de réis e, assim, representavam mais de 50% do valor da fazenda – Quadro 14 e Gráfico 8.

Quadro 11 - Avaliação da Fazenda Aldeia, 1877.

Estrutura	Valor unitário	Valor Total (Rs)	Valor Total (£)
Casco da fazenda		205:000\$000	20.982,60
Casa e benfeitorias		30:000\$000	3.070,62
Maquinas		12:500\$000	1.279,43
Escravos/ média	1:500\$000	270:000\$000	27.635,62
Animal/ Muar	100\$000	400\$000	40,94
Animal/ Cavalar	100\$000	200\$000	20,47
Animal/ Vacum	40\$000	4:720\$000	483,11
Animal/ Ovina	4\$000	680\$000	69,60
Animal/ Suína	10\$000	6:500\$000	665,30
Total		530:000\$000	54.247,70

Fonte: O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

Gráfico 8 - Avaliação da fazenda Aldeia, 1877.



Fonte: Quadro 13.

Devido a hábil articulação de produção e comércio, transporte e comissão do café realizada pelo barão de Nova Friburgo, a fazenda Aldeia teve o seu valor multiplicado ao longo do tempo. Quando comprou a sua metade de fazenda em 1847 o barão desembolsou 56 contos de réis, já a segunda metade saiu por 250 contos, no seu inventário o valor da fazenda Aldeia era de 309:417\$000 e na avaliação de Caminhoá subiu para 530 contos de réis - Quadro 15. Sem dúvida, essa valorização seguia o desenvolvimento do café e de seu preço no mercado internacional, somados ao preço dos cativos que no período também se tornaram mais caros.

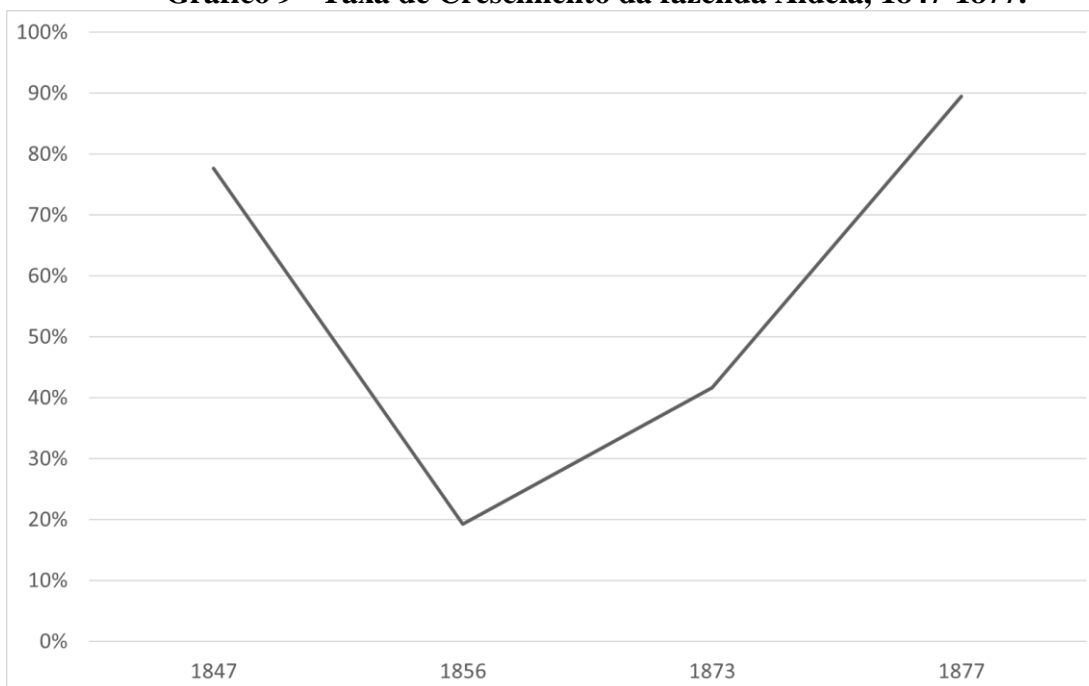
Dessa forma, perceber como aconteceu o crescimento do patrimônio da fazenda aldeia é bastante significativo para avaliarmos a conjuntura e as estratégias administrativas que levaram a fazenda a ter um crescimento total de 89%. Assim temos que da compra da primeira metade da fazenda para a segunda o bem se valorizou 78%, seguido de um novo incremento de 19% quando da avaliação dos bens do barão, para crescer 42% no momento em que Caminhoá fez a sua apreciação - Gráfico 8. A valorização da fazenda Aldeia pode ser identificada através dos Gráficos 9 e 10. Em outras palavras, durante todo o período de 20 anos, a fazenda se valorizou tanto em termos nominais quanto reais.

Quadro 12 - Valorização e Taxa de Crescimento da fazenda Aldeia, 1847-1877.
(em valores nominais, em Rs)

Ano	Valor (Rs)	Valor (£)	Crescimento
1847	56:000\$000	6.534,42	-
1856	250:000\$000	28.702,64	78%
1873	309:417\$000	33.632,28	19%
1877	530:000\$000	54.247,70	42%
Total	-	-	89%

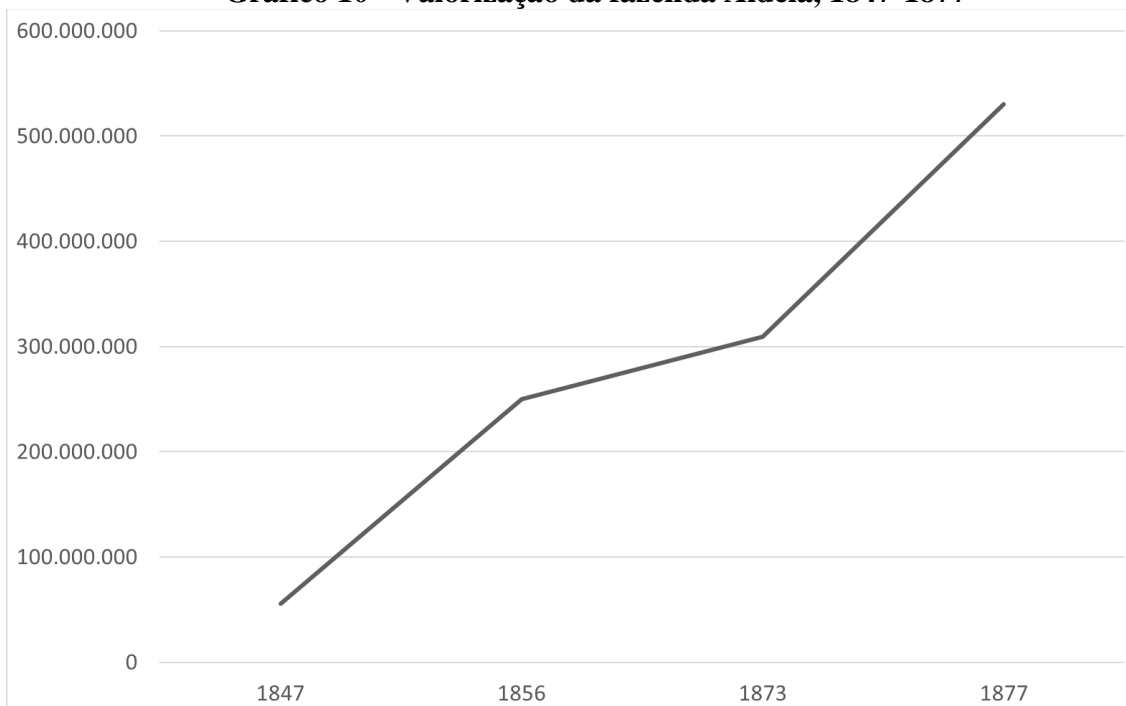
Fontes: Cartório do 2º Ofício; Fonte: Inventário *post-mortem*/Partilha amigável do barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional; O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: seção Agricultura, p.2.

Gráfico 9 - Taxa de Crescimento da fazenda Aldeia, 1847-1877.



Fontes: Quadro 14.

Gráfico 10 - Valorização da fazenda Aldeia, 1847-1877



Fontes: Quadro 14.

Conclusões

Ao longo do texto buscamos investigar como o barão de Nova Friburgo, em um contexto onde o café “se transformou num artigo de consumo em massa (...) e o Brasil emergiu como novo centro da produção mundial” (TOMICH, 2011: 93), obteve sucesso no seu empreendimento agrícola. Sem dúvidas, o barão valeu-se de uma administração voltada à obtenção de lucro, ampliando as terras, os cafeeiros, as máquinas de beneficiamento de café e o número de escravos. Destacamos também a associação feita com o francês João Paulo Troubat e a compra de áreas limítrofes a fazenda como elementos importantes para o enriquecimento geral do barão.

Concordamos com Márcia Motta, de que o domínio senhorial não podia ser limitado, isto porque o acesso à terra, por doação de sesmaria ou pela compra, representava o poder senhorial exercido sobre quem não era possuidor de propriedades. Ao mesmo tempo, é preciso levar em conta que as terras mais bem avaliadas eram aquelas que permitiriam uma expansão das lavouras sobre as matas virgens, por conseguinte a ampliação das terras significava também a expansão do poder senhorial (MOTTA, 2008: 45) e das fortunas senhoriais.

Com a morte do Barão de Nova Friburgo a fazenda Aldeia passou para as mãos de seu filho, Bernardo Clemente Pinto, que também adensou os lucros obtidos por meio da exploração do trabalho escravo e do beneficiamento do café nas terras da fazenda. Em 1877, após a avaliação feita por Luiz Caminhoá percebemos que a Aldeia continuava produtiva gerando lucros bastante consideráveis.

Sendo assim, verificamos que a ampliação da riqueza acumulada na fazenda Aldeia ocorreu em conexão com o mundo industrial, a expansão do mercado internacional de *commodities* e ampliação da escravidão nas américas. Portanto, o impacto da segunda escravidão na fazenda esteve relacionado à inserção das máquinas de beneficiamento do café, fator que aumentou a produtividade da fazenda e alterou as relações de trabalho, liberando mais escravos para o trabalho nos cafeeiros, elemento que aumentou a produtividade do trabalho nos pés de café.

Concluimos, dessa forma, colocando em relevo o fato de que em meados da década de 1870 do século XIX a fazenda Aldeia ainda dava mostras da sua expressiva capacidade produtiva. Portanto, segundo a avaliação que executamos, o sucesso da fazenda tem raízes

na eficiente exploração da rubiácea, nos maquinismos ligados ao seu beneficiamento e nas transformações das relações de trabalho. Todos esses fatores contribuíram para a ampliação da produtividade da fazenda no contexto da segunda escravidão.

Referências

Fontes:

Cartório do 2º Ofício de Notas. Livro. IV

Inventário post-mortem/Partilha amigável do barão de Nova Friburgo. Vara Cível do Rio de Janeiro. Ano: 1873. Caixa: 2619 Gal: E. ID: 44.397. Notação: 1171. Arquivo Nacional.

Centro de Memória de Cantagalo Centro de Memória de Cantagalo. SOUC-LN016

Biblioteca Nacional. Sessão de Manuscritos – Loc. C0992,20 Nº 003

<http://www.slavevoyages.org> - Lista de Viagens – Identificação 728, 845, 1001, 5014 e 1043

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Arm. I. Gav. I, 1862: Nº 54

O Globo: órgão dos interesses do comércio da lavoura e da indústria. Segunda-feira, 12 de março de 1877, Ano 4: Seção Agricultura, p.2

Obras Citadas:

BORGES, M. F.; SALLES, R. A morte do Barão de Guaribu. Ou o fio da meada. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 197-241.

CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem / Teatro de Sobras*. 2ª ed. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ERTHAL, C. *Cantagalo: da miragem do ouro ao esplendor do café*. Niterói: Nitpress, 2008.

FARIA, S. D. C. Ouro, porcos, escravos e café: as origens das fortunas oitocentistas em São Pedro de Cantagalo, Rio de Janeiro (últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX). *ANAIS DO MUSEU PAULISTA*, São Paulo, Nova Série, v. 26, p. 1-42, 2018.

GUIMARÃES, C. G. O "comércio de carne humana no Rio de Janeiro: o negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Co., 1808-1830 - primeiros esboços. In: BITTENCOURT, M.; RIBEIRO, A.; GEBARA,

A. (). *África passado e presente: II encontro de estudos africanos da UFF*. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF (ebook), 2010.

MARQUESE, R.; TOMICH, D. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015. p. 21-56.

MORENO, B. S. A formação da cafeicultura em Bananal, 1790-1830. In: MUAZE, M.; SALLES, R. (). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015. p. 328-350.

MOTTA, M. *Nas Fronteiras do Poder*. Conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. 2ª revista e ampliada. ed. Niterói: EDUFF, 2008.

NICOULIN, M. *A Gênese de Nova Friburgo: Emigração e Colonização Suíça no Brasil (1817-1827)*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996.

SALLES, R. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack, Guarulhos*, n. 4, p. 5-45, Dec. 2012.

SWEIGART, J. *Coffee Factorage and the Emergence of a Brazilian Capital Market, 1850-1888*. New York: Garland, 1987.

TOMICH, D. & Z. M. The Second Slavery: Mass Slavery, World-Economy, and Comparative Microhistories. *Review (Fernand Braudel Center)*, Vol. 31, No2, 2008.p. 91-100.

TOMICH, D. *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

TSCHUDI, J. J. V. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. [1866]*. Tradução de Eduardo de Lima Castro. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo (Coleção Reconquista do Brasil Nova Série, v. 14), 1980.

VINHAES, E. M. G. *Cantagalo: as formas de organização e acumulação da terra e da riqueza local*. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ. Dissertação (Mestrado em História), 1992.

Recebido em: 15 de abril de 2018

Aceito em: 04 de julho de 2018